

PLANO DE TRABALHO DA CDE – 2024

Apresento aos membros presentes proposta de temas, com relevante impacto no desenvolvimento econômico do país, para serem debatidos e eventualmente deliberados pela Comissão de Desenvolvimento Econômico ao longo de 2024:

A – TEMAS:

. INVESTIMENTO (FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL):

Os dados do PIB de 2023 mostram queda expressiva do investimento, tanto do setor público quanto privado. Isso compromete nosso crescimento futuro. O que explica a queda? Como atrair o investimento privado? O que pode ser feito para melhorar o ambiente de negócios? Como voltar aos níveis de investimento público de outrora?

. REFORMA TRIBUTÁRIA:

Os projetos regulamentando a Reforma de 2023 estão prestes a chegar na Casa. A CDE pode e deve participar ativamente dessa discussão.

. SUBSÍDIOS E INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS:

Discussão em torno da permanência desses gastos tributários, analisando a eficácia e conveniência de cada um deles, é fundamental para garantir a boa utilização dos recursos públicos. Um trabalho de avaliação de políticas públicas, de preferência com base em evidências, se faz necessário nesse ponto, e a Comissão pode trazer contribuições importantes a esse debate.

. DRU E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

A desvinculação de Receitas da União, constitucionalmente aplicável até o final deste exercício, tem como motivação reduzir o excessivo engessamento do orçamento federal. Como a quase totalidade das receitas é vinculada a destinações específicas, o gestor público fica sem espaço para alocar recursos conforme as necessidades de momento do país. Deste modo, sua prorrogação precisará ser debatida ao longo do exercício corrente - sem isso, prioridades diversas, como é o caso da própria agenda de desenvolvimento econômico, podem ficar sem recursos (funding) para serem executadas.

. EMPREENDEDORISMO FEMININO:

Como incentivar, valorizar e acelerar a jornada de mulheres que empreendem ou querem empreender? Não se pode desperdiçar a força das mulheres nos negócios, de forma a impulsionar o empreendedorismo e, conseqüentemente, a economia do País.

. CUSTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA:

O Brasil tem toda a vocação para realizar essa transição, pois temos recursos para energias renováveis (sol e vento), minerais críticos, floresta (aqui entra o crédito de carbono), entre outros aspectos. Porém, todas essas vantagens competitivas podem ser anuladas frente aos incentivos que têm sido dados pelos países que concorrem conosco pelos investimentos necessários à transição. Por isso, precisamos também dar os incentivos regulatórios que podemos, respeitando nossas limitações fiscais.

. MARCO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS:

O atual governo enviou recentemente ao Congresso sua sugestão de regulamentação do trabalho via aplicativos de transporte de passageiros. O projeto do Executivo abarca tão somente a relação com empresas como Uber e 99. E os demais trabalhadores? A proposição enviada é adequada, no sentido de contemplar trabalhadores, consumidores e a continuidade das empresas no País?

. ESTIMULAR O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A PARTIR DO POTENCIAL DAS REGIÕES.

. DESAFIOS DA DIGITALIZAÇÃO.

. AS EXPORTAÇÕES DO PAÍS.

B - ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS:

Gostaria de propor que as nossas 2 reuniões semanais fossem divididas, sempre que possível, da seguinte forma: i) na quarta, deliberação das proposições pautadas; e ii) na quinta, debate dos grandes temas escolhidos para serem tratados por esta Comissão, mediante realização de audiências públicas, seminários, entre outros eventos.

Brasília, 13 de março de 2024.

DANILO FORTE

Presidente Deputado Federal UNIÃO-CE